



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Identidades, Valores e Modos de Vida

O PAPEL DOS VALORES FAMILIARES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E NA CONSTRUÇÃO DE MERCADOS PARA OS PRODUTOS GERADOS

CARVALHEIRO, Elizângela Mara

Economista e Doutora em Desenvolvimento Rural pela UFRGS/Porto Alegre/RS/BR.

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Elizangelamara@hotmail.com

Resumo

A agroindustrialização é uma arte secular de transformação que existia na lógica de reprodução dos agricultores familiares na produção de subsistência passou a ser aprimorada e desenvolvida com um olhar além da família, objetivando espaços nos mercados. Dessa forma o intuito desta análise é verificar qual o papel dos valores familiares e dos meios de vida no processo de criação e consolidação da agroindústria familiar do Oeste do Estado do Paraná no Brasil. O modo como as famílias se organizam e estabelecem relações entre seus membros varia de acordo com as culturas e as épocas históricas. A família desempenha a função de agente integrador das relações sociais que se desenvolvem no interior das redes sociais e traz consigo toda a complexidade da realidade camponesa herdada pelos agricultores familiares, em que a lógica da atividade agrícola é um valor mais importante que a produção, indissociável, neste caso, da “propriedade-posse-agroindustrialização”. As relações familiares (seja na esfera do parentesco, relações de reciprocidade, proximidade, generosidade) incluem um ideal, de pensamento ou de representação, que informa as atitudes e os comportamentos que permeiam as agroindústrias familiares. É importante compreender que nas relações de construção de mercados da agroindústria, as famílias possuem a capacidade de modificar-se face aos contextos, mas não perdem completamente sua essência, valores e lógicas.

Abstract

The industrialization is a secular art of transformation that existed in the logic of reproduction of family farms on subsistence production has become refined and developed with a look beyond the family, aiming spaces in markets. Thus the purpose of this analysis is to examine the role of family values and livelihoods in the process of creation and consolidation of family agro-industry of the West of Paraná in Brazil. The way families organize themselves and establish relationships among its members varies with cultures and historical periods. The family serves as the integrating agent of social relationships that develop within social networks and brings the full complexity of reality inherited by peasant farmers, that the logic of agricultural activity is a more important value than production, inseparable, in this case, the "property-ownership-industrialization." Family relationships (whether in the sphere of kinship relations of reciprocity, proximity, generosity) include an ideal of thought or representation that informs the attitudes and behaviors that permeate family agro-industries. It is important to understand that building relationships in the agribusiness, families have the ability to modify itself in relation to contexts, but not completely lose their essence, values and logic.

Palavras-chave: relações familiares, agroindústria, construção social, mercados

Keywords: Family Relationships, Agro-Industry, Social Construction, Markets.

1. INTRODUÇÃO

Uma importante característica da agricultura familiar é a fusão que nela existe entre a unidade de produção e a família. Considerando esse aspecto, é fundamental pensar a viabilidade e o desenvolvimento da agricultura familiar, não só do ponto de vista econômico produtivo, mas de forma global, isto é, o conjunto das necessidades que a família e o sistema de produção apresentam para garantir a qualidade de vida à população local (Nazzari, Brandalise & Bertolini, 2007).

Nesse sentido, algumas famílias que resistiram às dificuldades impostas pelo modelo de modernização brasileiro buscaram construir bases em modelos alternativos, como o processamento e industrialização da matéria-prima na própria propriedade e a construção de novos canais de distribuição e de venda desses produtos.

Com isso, há a superação da prática das famílias de agricultores produzirem e entregarem os seus produtos *in natura* a terceiros para transformação e agregação de valor (o produtor inserido em um dos elos da cadeia produtiva). Trata-se de uma possibilidade de dinamizar economicamente o espaço rural, de criar novos postos de trabalho e de ofertar produtos diferenciados, feitos em pequena escala, cuja qualidade pode envolver aspectos ambientais, sociais e culturais.

Mior (2003) diz que, além do processamento de alimentos, a agroindústria familiarⁱ é uma forma de organização social na qual a família produz, processa e/ou transforma parte da produção agrícola e/ou pecuária, visando à produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

A família deve ser entendida como uma unidade social, que realiza estratégias de adaptação baseadas em um arranjo social-produtivo visando agregar novos valores aos antigos e/ou manter os antigos valores no caráter de formação dos seus membros.

Dessa forma, a família é uma base de referência na qual são estabelecidas as mais diversas formas de relações sociais, seja entre os seus membros ou aquelas que se dão com o entorno (vizinhos, instituições, organizações, governo, entidades representativas). É na família que se dá o processo de construção da identidade e de socialização de seus componentes, bem como os processos de aprendizado e formação social. É enraçado de todos os valores e modos de vida de cada família (especificamente dos imigrantes europeus que trouxeram consigo o saber-fazer tradicional de suas origens e mantiveram no Oeste do Estado do Paraná localizado no sul do Brasil os seus valores e sua cultura própria) que os produtos gerados na agroindústria familiar chega ao mercado.

A participação das famílias nos mercados informais ou formais é o elemento sinalizador de que os produtos tem uma identidade e origem (em cada produto é agregado valores, cultura e sentimentos que é inerente a cada família) que confere a unicidade de cada um. Os consumidores ao adquirirem um produto da agroindústria familiar, está consumindo o produto da família tal. Assim, consegue-se a fidelidade e confiança, gerando um espírito de reciprocidade e mercados de proximidades,

Diante deste contexto, o intuito desta análise é verificar qual o papel dos valores familiares e dos meios de vida no processo de criação e consolidação da agroindústria familiar do Oeste do Estado do Paraná no Brasil na construção de mercados.

Para entender esses elementos será utilizado os conceitos apresentados pela Sociologia Econômica que explicitam que as relações sociais na forma de redes e o enraizamento são fontes de constituição de canais para a formação de mercados para os produtos das famílias das agroindústrias. A base de análise será quatro municípios da região Oeste do Estado do Paraná (Brasil), compreendendo Assis Chateaubriand, Maripá, Palotina e Jesuítas.

2. AS RELAÇÕES SOCIAIS QUE ESTRUTURAM OS MERCADOS ATRAVÉS DO ENRAIZAMENTO E DAS REDES

Entender o mercado em termos sociológicos -- mercado enquanto construção social -- implica a análise de sua dimensão socializadora, pois as relações mercantis são relações sociais (Raud-Mattedi, 2005). Assim, a Sociologia Econômica mostra as relações sociais que estruturam a troca entre os agentes presentes nos mercados. Mercados são estruturas sociais, formas mais ou menos permanentes de interação em que os indivíduos estabilizam seus laços sociais e submetem-se, por aí, a recompensas e a sanções.

O que se pode dizer é que a Sociologia Econômica tem como tarefa examinar como as relações econômicas são inseparáveis do contexto social, observando o conjunto de regras sociais (e não apenas “econômicas”, como a maximização de lucro) que organiza os mercados, sejam eles financeiros, agrícolas, de trabalho, institucional, entre outros. Dessa forma, como apresenta Steiner (2006, p. xii): “não existe uma categoria abstrata, mágica, opressiva ou emancipadora chamada mercado: o que existe são mercados, construídos com base na tentativa permanente de seus protagonistas de estabilizar suas relações uns com os outros”.

E nesta tentativa de estabilizar as relações dos atores sociais que estão imersas as famílias da agroindústria, pois estas são responsáveis por todo o processo de produção, distribuição e comercialização dos produtos gerados. E nestes elementos estão inseridos todo o conhecimento, costumes, valores e cultura de cada família. Assim, a própria relação mercantil que se estabelecia no mercado convencional e formal da economia, dá lugar às relações mercantis que se realizam na informalidade e em relações diretas.

A ação econômica não pode ser compreendida em termos individualistas, uma vez que é influenciada pelas instituições sociais (Polanyi, 1980). Assim, o homem não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais; ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social (Vinha, 2003). Ou seja, um indivíduo está inserido num contexto familiar e este que lhe fornece os elementos necessários para suprir seus interesses.

O comportamento e as instituições (família) estão de tal forma imersos em processos de relações sociais que tratá-los como aspectos independentes levaria a sérias limitações na apreensão da dinâmica das atividades. Por isso que as relações econômicas estão socialmente enraizadas e não são autônomas, sendo, portanto, baseadas em redes de relações sociais familiares e, não, em indivíduos isolados (Polanyi, 1980).

Reescrivendo a ideia de Polanyi, Granovetter (1985), desenvolve a noção de *embeddedness*ⁱⁱ englobando as redes sociais, que se tornou um dos alicerces para os estudos do mercado na Sociologia Econômica. Essa noção pressupõe que os mercados estão enraizados em outros aspectos da vida social, que têm implicações no seu funcionamento, criando e recriando demanda para diversos produtos.

Assim, as decisões tomadas pelas famílias, como expressa Granovetter (2007, p. 9), “[...] estão enraizadas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais, onde os atores não adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias que eles porventura ocupem”. As formas como os membros das famílias tomam decisões estariam imbricadas na própria cultura e hábito desses agentes, e isso explicaria suas motivações para a participação em um mercado. “Os fatores limitantes surgem de todos os pontos do compasso sociológico: o costume e a lei, a religião e a magia contribuem igualmente para o resultado, que é restringir os atos de troca em relação a pessoas e objetos, tempo e ocasião” (Polanyi, 1980, p. 75).

Nesse sentido, as motivações pessoais e a confiança, “enraizadas” nas relações comerciais, constituem um novo mecanismo para se entender os mercados da agroindústria e papel das famílias neste processo. O argumento central é o de que as ações dos atores obedecem às motivações sociais e econômicas, ações essas influenciadas pelas redes de relações em que os mesmos estão inseridos, e a natureza das relações entre os atores determina fortemente os resultados econômicos-sociais (Granovetter, 1985). Nessa conjuntura, a ideia de enraizamento está diretamente relacionada com a análise de redes.

A principal diferença da análise em rede para outros estudos é que a ênfase não está nos atributos (características) dos atores, mas nas ligações entre os elos; ou seja, a unidade de observação é composta pelo conjunto de atores e seus laços. Para Granovetter (1973, p. 2) “a força do vínculo é uma combinação linear

do tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua), e os serviços recíprocos que caracterizam o vínculo”. A intensidade dos laços dependerá de quão similares serão os agentes sociais (Vale, 2006).

Em Granovetter (1973), as redes sociais podem ser qualificadas entre laços fortes (*strong ties*), laços ausentes (*absent ties*) e laços fracos (*weak ties*). Um laço forte entre dois indivíduos envolve uma elevada dose de tempo e esforço dedicados à relação, feição emocional, confiança e reciprocidade. Logo, é um relacionamento que se molda e se autorreforça ao longo do tempo. O laço fraco é exatamente o oposto dessa situação, envolvendo transações pontuais entre agentes, em que a identidade dos indivíduos é de menor importância e questões de confiança e de reciprocidade são mínimas. Não há uma conexão entre agentes sociais que não são ligados por meio de afetividade, mas sim por meio de uma complementaridade.

Segundo Granovetter (1973), a capacidade dos agentes em criar laços com outras redes pela ampliação de contatos com pessoas próximas que os une é a premissa da construção de laços fracos e que adquire pertinência na forma como são criadas as oportunidades econômicas. Ao manter relações com diversas redes, os atores ampliam os contatos sociais, que, por sua vez, adquirem informações privilegiadas. Para Granovetter (1973, p. 3), “quanto mais frequentemente as pessoas interagirem umas com as outras, mais sucesso terão, e cada vez mais forte será o sentimento de amizade”.

Os atores inseridos em redes sociais ampliam as oportunidades, ancoradas sob a confiança. Esse contato é um meio que os atores utilizam para a redução de riscos inerentes às transações (Sonn & Storper, 2003). A geração dessas informações dependeria fundamentalmente do círculo de contatos sociais, que, por sua vez, permitiria a tais atores gerar um pré-conceito sobre o produto e/ou serviço. A decisão é tomada mediante o raciocínio de que os informantes já efetuaram a transação e têm o conhecimento de baixo custo, rápido e detalhado. “Assim, os indivíduos racionais tomam decisões com base nos conhecimentos acumulados ao longo desses relacionamentos” (Granovetter, 1985, p. 491).

A importância da análise de rede está, portanto, na sua capacidade de fornecer outra maneira de conceber o ator e a ação econômica dentro de sua articulação com a estrutura de relações sociais e, então, explicar o funcionamento dos mercados com base nessa concepção. O modo como a estrutura da rede, a posição e a qualidade dos vínculos que os atores detêm influenciam, de um lado, possibilitando ou restringindo a própria ação econômica e os seus resultados que esta última atinge ou não e, por outro, conformam uma determinada característica de funcionamento de um dado mercado, por exemplo, o grau de volatilidade dos preços (Steiner, 2006).

Dessa forma, há que se considerar que qualquer família é confrontada com oportunidades e com constrangimentos que influenciam fortemente o seu comportamento, mas essas situações nunca deixam de ter uma margem de manobra que lhes permite agir estrategicamente. E a proximidade entre os atores sociais se mescla, muitas vezes, com atributos tais como o parentesco ou a amizade. Assim, portanto, a complexidade é que a rede pode envolver atores sociais heterogêneos, ligados por características diversas, tais como: o parentesco, a amizade, a etnia e a identidade.

Assim, mesmo havendo um núcleo comum que estrutura a natureza dos vínculos sociais locais (no caso a família), esse núcleo se aproxima mais de uma raiz originária histórica, ainda bastante presente, que não chega a extinguir as particularidades e as diferenças que as distintas redes conformam. As famílias mesmo inseridas em redes de relações ainda preservam a característica dos valores e tradições.

3 METODOLOGIA

Este trabalho consubstancia-se em abordagens quantitativo-qualitativa de cunho histórico-interpretativo, caracterizando-se quanto aos fins como descritiva e explicativa. O intuito da abordagem quantitativa é objetivo, descrever significados que são considerados como inerentes aos objetos e atos permitindo uma abordagem focalizada, pontual e estruturada, utilizando-se de dados quantitativos. As técnicas de análise são dedutivas (isto é, partem do geral para o particular) e orientadas pelos resultados. Os resultados podem ser generalizáveis.

Assim, este estudo foi realizado nas agroindústrias familiares da mesorregião geográfica do Oeste do Estado

do Estado do Paraná. Como esta compreende 51 municípios, para viabilizar a pesquisa foram selecionados quatro municípios: dois que apresentam maior população na área urbana e dois com maior população na área rural, excluindo-se os municípios limítrofes e os que tenham população acima de 90.000 habitantes. Dessa forma, serão estudados os municípios de Palotina e de Assis Chateaubriand, como sendo os que apresentam maior população urbana (87,50% e 81,17%, respectivamente, do total da população vivem na área urbana), e os municípios de Jesuítas e de Maripá, como sendo os que apresentam maior população na área rural (50,80% e 49,07%, respectivamente). Ao todo foram pesquisadas 28 agroindústrias.

A Figura 1 retrata a localização dos municípios no Oeste do Estado do Paraná, sul do Brasil. A área em destaque mais clara é a microrregião de Toledo. A região com o hachurado escuro são os municípios onde será realizada a pesquisa de campo. O destaque em azul é do Rio Paraná, onde está a Hidroelétrica de Itaipu.

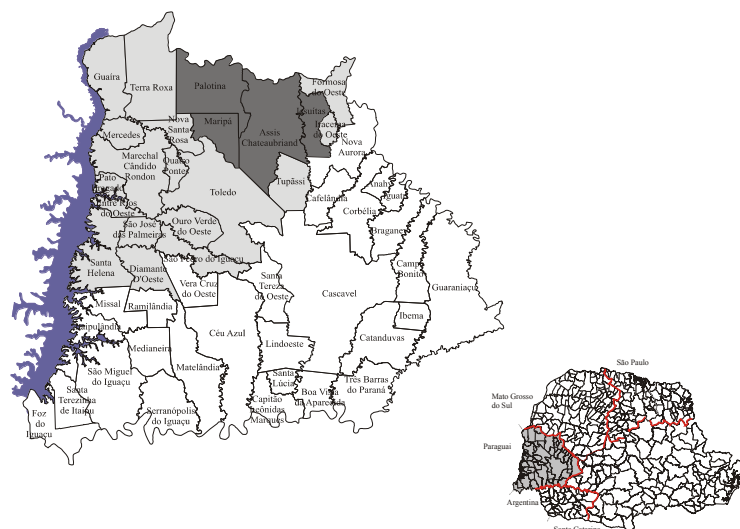


Figura 1 – Mesorregião Oeste do Estado do Paraná, Região Sul do Brasil

Fonte: Elaborada pela autora.

4 A FAMÍLIA NA AGROINDÚSTRIA

Quando se fala em agroindústria familiar, o adjetivo “familiar” visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio (Wanderley, 2009). Os produtos gerados por esta forma de produção, além de serem competitivos, se diferenciam dos demais pelo seu processo de produção de cunho familiar e suas características intrínsecas – o saber fazer.

Através da lógica familiar, não faz sentido compreender todas as agroindústrias em um único modelo, mas ao contrário, envolvendo situações extremamente diferenciadas. A família se manifesta através do vínculo que se estabelece entre certo número de adultos e de crianças a partir da constituição de uma sociedade civil e da instituição da propriedade privada, em que a aliança e o casamento é que explicam o seu funcionamento e onde os traços fundamentais são a cooperação e a solidariedade.

A família deve ser entendida não apenas como unidade de produção, mas principalmente enquanto unidade social focalizando a sua dinâmica interna, construída pelo próprio caráter familiar da organização social, que permite a esta a formulação das estratégias reprodutivas em sua articulação com as condições externas. É no âmbito das relações familiares que ocorrem os arranjos e estabelecem-se as estratégias de adaptação às condições econômicas e sociais, seja recorrendo à tradição, agregando novos valores aos antigos ou mesmo reformulando os antigos na busca de respostas às dificuldades (Carneiro, 1999).

Ao mesmo tempo, a família seja qual for sua organização, constitui uma unidade representativa da sociedade da qual faz parte. Entende-la como uma unidade, porém, não quer dizer isolá-la do restante da sociedade. Ao contrário, significa considerá-la uma referência com base na qual são estabelecidas as mais diversas formas de relações sociais, tanto as que se dão no seu interior quanto aquelas que se estabelecem no meio em torno

dela. É na família que se dá o processo de construção da identidade e de socialização de seus componentes, bem como os processos de aprendizado e formação social.

O modo como as famílias se organizam e estabelecem relações entre seus membros e destes com a sociedade varia de acordo com as culturas e as épocas históricas. A qualidade das relações sociais que são integradas pela família é muito diversa, mas é no domínio do parentesco e do trabalho que se encontram os principais sistemas de relações que articulam e estruturam os indivíduos na unidade familiar e na unidade de produção. Além disso, “a família – *locus* de produção e reprodução de valores – integra relações sociais cujos significados não podem ser reduzidos à lógica do parentesco ou à racionalidade econômica...” a unidade familiar não se limita ao grupo de pessoas formado por laços de aliança ou de consanguinidade, mas deve ser percebida também como um valor (próximo a um “sentimento de identidade”) que integra seus membros e dá sentido a suas relações” (Carneiro, 1999).

Neste estudo, a família desempenha a função de agente integrador das relações sociais que se desenvolvem no interior das redes sociais e traz consigo toda a complexidade da realidade camponesa herdada pelos agricultores familiares, em que a lógica da atividade agrícola é um valor mais importante que a produção, indissociável neste caso, da “propriedade-posse”. A multiplicidade de estratégias individuais e familiares deriva das fracas condições de produção, recorrendo à luta e resistência para manter a unidade de produção e reprodução, adotando a agroindustrialização como uma opção de elevação da renda. É essa característica familiar que diferencia essa agroindústria de uma convencional (Panzutti, 2004).

As relações familiares (seja na esfera do parentesco, seja na da produção – relações de reciprocidade, proximidade, generosidade) incluem um ideal, de pensamento ou de representação, que informa as atitudes e comportamentos que permeia as agroindústrias familiares. Assim, o modo de vida das famílias demonstra o sentido de suas ações e relações. Neste sentido, um dos aspectos da continuidade de relações sociais específicas reside na família. Importante também para compreender as relações de mercados da agroindústria é que a família possui uma capacidade de modificar-se face aos contextos, mas não perder completamente sua essência.

4.1 A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA FORMAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ (REGIÃO SUL DO BRASIL)

Em toda a região Oeste do Estado do Paraná se percebe que a agroindústria familiar é uma atividade que veio junto com a colonização dos municípios. A maioria das pessoas era proveniente das terras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e mantiveram seus costumes culturais adquiridos na Europa e adaptados ao Brasil (sua forma de trabalhar, sua forma de processar e de transformar a matéria-prima, a solidariedade para desbravar terras), fatores que forneceram as características necessárias ao processo de desenvolvimento da região.

O espírito de coletividade que norteou os primeiros migrantes em busca da sobrevivência, promovida pelo desbravamento e pela ocupação do território paranaense e pelo cerceamento de terras por critérios étnicos (“colônias”), encontra-se reproduzido na formação territorial do Estado, onde houve uma colonização dirigida. Nos municípios de Maripá e de Palotina houve uma predominância de alemães, e em Assis Chateaubriand e em Jesuítas, de italianos. Entretanto, com o passar dos anos, nesses municípios ocorreu uma maior miscigenação com a vinda de japoneses, de portugueses, de poloneses, de holandeses e de chineses numa segunda onda de colonização.

Os migrantes que se instalaram nessa região mantiveram as características de produtores familiares e de pequenos comerciantes, com o objetivo de praticar a agropecuária atraídos pelas condições climáticas e pelos solos férteis da região. No universo da produção agropecuária, o trabalho era concebido a partir da unidade familiar, que deveria ser autossuficiente, produzindo gêneros diversificados com a finalidade de prover a subsistência.

As principais transformações econômicas registradas revelam a estruturação da pequena propriedade rural como responsável por uma dinâmica social e familiar própria dos migrantes. Na história dos moradores, a família sempre desempenhou um papel muito importante. A vinda para o local, tanto quanto a permanência

aí, tem como base de sustentação o núcleo familiar. A família se apresenta como o grande mediador entre o indivíduo e a sociedade, assumindo a provisão de uma carência institucional não resolvida por outros agentes.

A vida familiar sempre orientou a migração, proporcionou a integração ocupacional entre os pares e a possibilidade de criar o local semelhante as origens culturais. No grupo familiar, cada pessoas busca partilhar o espaço, os recursos, as atividades e as carências, mas, sobretudo, adquirem a segurança necessária para enfrentar o anonimato de um meio desconhecido. O núcleo familiar constituído sobre a propriedade rural -- o sítio –, com sua relativa autonomia, garante aos recém-chegados a solução das questões de sobrevivência, além da definição de estratégias e de projetos de ascensão social e da garantia de certo grau de consumo (Panzutti, 2004).

A propriedade familiar, além de assegurar o fator trabalho, estabelecia laços de estabilidade e de coesão social que garantiam uma demanda social que incidia diretamente sobre a produção e sobre o mercado de consumo. No interior dessas propriedades também se observa o aprimoramento contínuo dos produtos, modificando-se o produto *in natura* (trigo e carne suína, por exemplo) para outros produtos mais elaborados (bolachas, cucas e salame) e se fazendo o processamento dos subprodutos deles oriundos (padaria e curtume). Mesmo com a ausência de tecnologia avançada para o processamento dos produtos e dos subprodutos, são evidentes as estratégias características do perfil empreendedor dos migrantes em promover a expansão econômica e a qualificação da vida em sociedade.

O processamento se dava na cozinha da casa, realizado principalmente pelas mulheres, absorvendo o excedente sazonal da produção ou os excedentes diários. O que se percebe é que esse hábito do processamento foi incorporado aos costumes locais e, em alguns casos, aperfeiçoado e adaptado à realidade local. Os imigrantes fabricavam produtos variados e, além dos gêneros alimentícios (moinhos de milho, trigo, fabricação de queijos, salames, doces, pães, bolachas, açúcar mascavo), também se empenhavam na fabricação de ferramentas para o trabalho agrícola (cestos, peneiras, acolchoados de lã de carneiro, roupas e calçados em geral) e outros itens que julgassem necessários para o trabalho e para o bem-estar da família. Essa tradição de transformação perpassa o tempo e constrói as características dos atores sociais (produtores da agroindústria familiar). Muitos produtores criaram as máquinas e instrumentos de produção com a ajuda de parentes e de vizinhos, gerando uma relação que permanece ao longo do tempo.



Figura 2 – Engenho destinado a moer cana-de-açúcar movido ao motor do trator para economizar energia elétrica e fogões a lenha para produzir doces, geleias e pães

Fonte: Arquivo da autora.

Dessa forma, as práticas de produção baseadas no processo cultural de grupos minoritários puderam ser entendidas como estratégias comunitárias de sobrevivência dignas de aceitação, tanto que o valor cultural dos produtos da agroindústria familiar foi e continua muito valorizado entre os consumidores, sendo eles pertencentes à mesma etnia ou não.

Esse processamento, na maioria das vezes, era para o próprio consumo e o excedente era destinado à troca entre vizinhos ou à doação. É pela circulação de produtos (sejam eles *in natura* ou processados) ou através da circulação de presentes (como uma sacola de laranja, um pote de doce ou um pedaço de salame) que as famílias garantiam o consumo diversificado de alimentos ao longo do ano. Essa “circulação de alimentos” reforça laços de parentesco, de vizinhança, de amizade, constituindo uma interação que é um dos elementos

das relações sociais no mundo rural. Há uma reciprocidade que liga as pessoas em relações e constitui uma forma de conduta.

A prática de doações era comum entre as famílias, como no caso de matar um porco e doar parte da carne. Esse procedimento era importante porque uma única família não consumia tudo até que a carne se mantivesse em bom estado, então as doações e os atos de contraprestação asseguravam trocas materiais e solidificavam vínculos sociais. Além disso, a partilha se tornava um gesto necessário para manter as “boas relações entre famílias ou vizinhos”, fato que se solidifica ao longo dos anos e estabelece as relações sociais presentes atualmente.

Entretanto, há que se considerar que nem todos os colonos tinham o espírito de solidariedade e cooperavam com os demais e que aqueles que cooperavam não o faziam sempre. Além do fato de que, com os anos, as relações sociais foram se alterando e se tornando menos corriqueiras, ainda que a cultura fosse preservada.

Uma vez que muitos migrantes eram pertencentes ao mesmo tronco familiar, as relações de parentesco eram também formas de cimentar as relações sociais e de estimular o apoio mútuo (Radomsky, 2006). Os casamentos eram celebrados entre as famílias, efetivando relações sociais e preservando formas de reciprocidade. Assim, a religião, os laços de parentesco, a etnia e o dialeto compartilhado por grande parte dos migrantes demonstravam a vontade de reconstruir uma nova vida nas terras paranaenses.

As cidades e as comunidades rurais eram fundadas, cada uma, no entorno da respectiva capela/igreja e essa se tornava uma forte instituição, que denotava o comportamento e incentivava as reciprocidades entre os colonos. As capelas eram formadoras das sociedades locais no meio rural, pois, quando novas comunidades e estradas eram projetadas pelos colonos, a capela que seria construída e seus futuros fiéis também eram parte do projeto. Era nos salões das capelas que eram realizadas as reuniões comunitárias, os cursos, as palestras e até mesmo a criação de associações (Radomsky & Schneider, 2007).

Além disso, os colonos faziam reuniões e comemorações (aniversários, casamentos, feriados, matar animais, trabalhar em agroindústrias – em que havia trocas e cooperação mútua de trabalhos, um vizinho ajuda o outro na esperança de que, quando precisar, será ajudado) em suas casas e propriedades rurais. Essas tinham a intenção de aproximar as famílias, de confraternizar e de trocar experiências, atitudes que acabavam gerando o fortalecimento de laços. Esses encontros geravam um conhecimento mais profundo das pessoas, mostrando quais eram as necessidades de cada um, as possibilidades de ajuda e as probabilidades de se unirem em prol de todos (criação de associações comunitárias, cerealistas -- cooperativas agrícolas, ou até mesmo acordos entre produtores na forma de instituições informais) para se autoajudarem. Era uma forma de interação com grupos de vizinhos, parentes e amigos, criando as primeiras relações sociais. E foram essas relações que constituíram as redes sociais nas quais se solidificaram e construíram os mercados, num primeiro momento sem o intuito econômico, mas, com o passar do tempo e com aprimoramento da produção, passando-se à comercialização dos produtos ao invés de realizar apenas trocas. Um fato importante é que os mercados têm sua origem na agricultura colonial em que havia a reciprocidade, a proximidade.

As redes podem iniciar-se em relações históricas que são amadurecidas e desenvolvidas ao longo do tempo, sendo resultado de processos históricos de formação e de aproximação das identidades. Podem também ser o resultado (híbrido) de estruturas sociais de vivência e de convivência identificadas nos países de acolhimento e que servem de representação ou estruturas simbólicas (de enquadramento) aos seus grupos de migrantes. Nessa perspectiva, pode-se considerar que os mercados construídos pela agroindústria familiar como um fator de coesão (redes) e de reinvenção de novos laços sociais, esses mercados se reativam e se atualizam segundo a transformação das próprias sociedades, das mentalidades e dos comportamentos humanos. Todavia, apesar das redes, a capacidade que cada migrante trouxe consigo continua também a ser um elemento que pode facilitar a sua integração e a própria relação com as redes na sua defesa (Có, 2007).

Jackson (1991) sublinha que importa termos presente que o processo social de adaptação a um novo ambiente ou de acomodação a novas expectativas normativas, culturais e morais, bem como a eventual assimilação por parte da comunidade de acolhimento, caso ocorra, constituem experiências comuns a toda espécie de migrantes, mas que essas experiências são medidas na capacidade e no nível de representação que

cada rede especializada possui.

Com o passar do tempo no meio rural, entre os colonos verificam-se estratégias de manutenção da unidade familiar e de preservação do patrimônio construído em meio às dificuldades pela ausência de infraestrutura básica que condicionam estratégias de acumulação de capital nas gerações seguintes. A solidariedade do início da colonização deu lugar à competitividade, em que cada um buscava fortuna para si e sua família, mas as redes de relações criadas permaneceram.

Essa tradição dos colonos de transformação e de processamento de alimentos se tornou uma das alternativas encontradas por muitos agricultores familiares (descendentes ou não que utilizaram o saber fazer ou saber adquirido) para conseguirem a reprodução social. Em grande parte essas eram iniciativas autônomas e se transformaram em oportunidade de agregação de valor ao produto primário por meio da elaboração e da transformação das matérias-primas agrícolas ou animais, de forma artesanal, e a sua comercialização nos domicílios dos consumidores.

Assim, o objetivo inicial foi o de aproveitar melhor sua produção ou superar a dificuldade em vender o produto *in natura* – leite, por exemplo –, seja comercializando o excedente, envasando-o em litros retornáveis e vendendo de casa em casa nos bairros das cidades, seja transformando-o em queijo. Trata-se de alternativas para conseguir uma renda extra num período do ano em que há pouco serviço na propriedade, como é o caso dos produtores de açúcar mascavo, no inverno ou é o caso de inatividade dos donos de pesque-e-pagues, que, fora dos períodos de temporada, comercializam o filé de peixe. O abate de aves teve início quando o agricultor se preocupou em dar um destino proveitoso para as galinhas poedeiras quando estas eram descartadas da produção de ovos. Já o abate de suínos resultou da prática de transformação da carne, para prolongar o prazo de validade na forma de salames ou de linguiças, prosseguindo com a comercialização do excedente (Brito, 2005). A utilização das frutas da época e de legumes para fazer doces e conservas veio da experiência passada de gerações e do aprendizado adquirido. Tudo isso evoluiu de forma gradual, sem interferir na lógica interna de reprodução da unidade de produção em bases familiares.

O contexto operativo da agroindústria remete à identificação familiar, mas isso não a restringe ao espaço meramente endógeno a unidade de produção, pois se relaciona, mercantilmente ou não, com outros atores constituintes do espaço inserido. Esses empreendimentos, ainda, remetem a uma proximidade espacial entre a produção e o consumo, fortemente integrados ao território local/regional.

A necessidade de conservação, somada à de conseguir colocação para os produtos excedentes, em um mercado quase sempre monopolizado pela produção das grandes agroindústrias, fez com que o agricultor buscasse outros meios para comercializar os produtos da sua agroindústria caseira. A alternativa encontrada foi a venda de porta em porta, oferecendo ao consumidor a vantagem de receber o produto em casa e ainda poder pagar no início do mês seguinte, não precisando, assim, concorrer com os produtos industrializados pelas grandes companhias, uma vez que atingia uma clientela que estava desprovida de poder aquisitivo para comprar à vista nos supermercados.

As origens dos mercados para os produtos da agroindústria estão, exatamente, na rede de produção e de reciprocidades no tecido socioeconômico construído historicamente entre agricultores, suas famílias e grupos sociais. As redes de reciprocidade e as relações de proximidade, além de virem a centralizar recursos e a estruturar o mercado, também articularão as agroindústrias que se complementam, se beneficiam mutuamente.

O que observou é que em 100% das unidades de produção pesquisadas, a família que trabalha é, ao mesmo tempo, proprietária da terra, o que se pode, assim, denominar exploração familiar (uma vez que o requisito básico para definir uma atividade agrícola como familiar é ser uma exploração pequena, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família).

Assim, a forma de organização das agroindústrias é fundamentalmente familiar, onde as atividades são, na maioria dos casos, desenvolvidas por famílias com laços de consanguinidade (geralmente acontece uma “sociedade” entre irmãos ou pai e filhos, fazendo uma produção “de ameia”). Em apenas cinco casos pesquisados existe a associação da família com os vizinhos sem vínculo de parentesco. Destaca-se, como

exemplo de contratação de mão de obra, a produção de suco de uva em Palotina, em que a família proprietária da agroindústria processa a uva dos vizinhos, que fornecem sua força de trabalho, sendo que o produto final é dividido entre ambos (50% para cada um).

As atividades realizadas pelas famílias sugerem a necessidade de equilibrar a alocação do trabalho entre a atividade agropecuária (e em alguns casos a integração com a grande agroindústria) e a atividade da agroindustrialização familiar. Em todas as agroindústrias pesquisadas observaram-se membros da família nas duas atividades.

Há uma nítida organização social do trabalho no que diz respeito ao gênero, podendo ser visualizada a inserção dos jovens e das mulheres em cada atividade. A questão de gênero, apesar de não ser o foco desta pesquisa, passa a ser uma variável importante na análise da constituição e da reprodução da agroindústria.

Os homens se dedicavam ao trabalho na lavoura e às atividades que se destinavam ao comércio dos produtos agropecuários, bem como ao relacionamento com cooperativas, empresas, bancos, entre outros. E o trabalho da mulher estava mais ligado à casa, às pequenas criações (vacas de leite, galinhas, porcos), à horta e ao cuidado/educação dos filhos. Quando as mulheres trabalhavam na lavoura, nesse espaço, porém, seu trabalho era considerado “ajuda”. Do ponto de vista do desenvolvimento, a predominância do sistema patriarcal no meio rural contribui para os papéis gênero na propriedade rural, que pode afetar na supressão de algumas liberdades individuais das mulheres.

Com a implantação das agroindústrias, são as mulheres que realizam a maior parte do trabalho, ou seja, o trabalho mais rotineiro e constante, entretanto este passa a ser uma extensão dos trabalhos domésticos. Como expressa Boni (2006, p.3), sobre a força de trabalho de mulheres, dos jovens e das crianças no universo da agroindústria familiar rural:

[...] em relação às mulheres, o trabalho que antes era feito na lavoura, passa a ser realizado próximo à casa ou dentro dela, o que lhes permite compatibilizar melhor tais atividades com o trabalho doméstico. Tal possibilidade, porém, tem um lado negativo. A proximidade entre os dois tipos de trabalho acaba por confundir os, fazendo com que as tarefas ligadas à agroindústria sejam consideradas quase como uma extensão do trabalho doméstico, e, portanto, trabalho não produtivo.

A renda obtida pelas mulheres possibilita melhoria da qualidade de vida para a família toda e gera mudanças (mesmo que em pequena escala) nas relações de gênero no “espaço social” de abrangência da rede de relações que a agroindústria abrange. Assim, a mulher obtém, em alguns casos, a sua autonomia financeira.

Existe, assim, uma re-divisão interna de trabalho da família rural que passa a se transformar num dos principais trunfos para o sucesso da agroindústria familiar. Uma consequência importante do ponto de vista do gênero, é que a participação da família em grupos produtivos, com ou sem atividades de agregação de valor, permite compartilhar o peso das tarefas agrícolas entre várias famílias, gerando uma cooperação e criando uma rede social. Essa rede gera uma mudança no cotidiano das mulheres. A geração e a agregação de valor aos produtos dentro dos grupos abrem para as mulheres agricultoras novas oportunidades para agregar conhecimentos e aumentar sua capacidade com: cursos de treinamento e capacitação, contato direto com consumidores nas feiras, e reforço na auto-estima com os elogios sobre seu trabalho que recebem dos compradores (Mior, 2005).

Assim, o que se percebe é que mesmo a mulher comandando as agroindústrias ainda prevalece os valores familiares, pois há uma preocupação em manter a unidade familiar intacta, mesmo havendo disputas de gênero sobre a quem pertence a autoria e direção agroindustrial. Além disso, nos municípios pesquisados o que se percebe é que as famílias desenvolvem entre si relações de proximidade muito forte, principalmente pela localização em que as propriedades se encontram, comunidades rurais.

Em municípios pequenos, as comunidades se tornam pequenos núcleos de moradores que mesmo não tendo parentescos, se aproximam por afinidades (amizades e compadrio) ou por necessidades (trocas de serviços, máquinas e informações), e estabelecem relações de reciprocidades e trocas (mercantis ou não). Muitas vezes esses núcleos são tão próximos aos centros urbanos que não é possível distinguir o que é rural e urbano. Ao se referir a comunidades rurais está se referindo a uma unidade espacial e social elementar, uma *célula*, um

agrupamento humano ou grupo social, onde são estabelecidos diversos tipos de relações e laços, que garantem certa coesão social, de forma especial a partir das relações de vizinhança (Queiroz, 1973).

Existe uma rede social que se cria no interior das comunidades, que se organiza como um agrupamento de produtores rurais e demais categorias de atores locais (organizações locais – associação comunitária, igrejas, grupos informais, vizinhos, entre outros) os quais habitam um domínio espacial em comum e estabelecem entre si relações sociais. Neste espaço social se inter-relacionam diversos tipos de sujeitos, com papéis e posições sociais distintas, operando de acordo com hierarquias sociais e diferentes condições sócio-culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroindústria familiar tem uma participação considerável nos municípios de Assis Chateaubriand, Jesuítas, Maripá e Palotina e está ligada ao processo de colonização italo-germânica. Estes desbravadores de terras se organizaram socialmente com muito trabalho e esforço, para a complementação da alimentação familiar passaram a processar e transformar os produtos *in natura* artesanalmente e posteriormente o excedente se tornou uma alternativa de renda para a propriedade rural.

A valorização do ceio familiar, de preservação do vínculo e da cultura histórica herdada por cada família que surge a agroindústria. A forte presença dos valores e os meios de vida trazidos pelos imigrantes a região oeste do Paraná propiciaram o surgimento de produtos característicos e mercados diversificados.

O que se constata através desta análise prévia é que o modo como as famílias se organizam e estabelecem relações entre seus membros e destes com a sociedade varia de acordo com as culturas e as épocas históricas. A família desempenha a função de agente integrador das relações sociais que se desenvolvem no interior das redes sociais e traz consigo toda a complexidade da realidade camponesa herdada pelos agricultores familiares, em que a lógica da atividade agrícola é um valor mais importante que a produção, indissociável, neste caso, da “propriedade-posse-agroindustrialização”.

É através da circulação de produtos (processados) ou presentes (com um pote de doce ou um pedaço de salame) que as famílias estabeleceram e reforçavam os laços de parentesco, de vizinhança, de amizade, constituindo um dos elementos de grande importância nas relações sociais. E foram essas relações que constituíram as redes sociais nas quais se solidificaram e construíram os mercados, num primeiro momento sem o intuito econômico, mas, com o passar do tempo e com aprimoramento da produção, passando-se à comercialização dos produtos ao invés de realizar apenas trocas. Assim, as redes de relações sociais de comercialização e troca de produtos têm suas raízes histórico-sociais ancoradas em relações de reciprocidade, de proximidade e de parentesco herdadas da agricultura colonial.

As relações familiares incluem um ideal, de pensamento ou de representação, que informa as atitudes e os comportamentos que permeiam as agroindústrias familiares. Assim, o modo de vida das famílias demonstram o sentido de suas ações e relações. Importante também para compreender que as relações de construção de mercados da agroindústria é que as famílias possuem uma capacidade de modificar-se face aos contextos, mas não perde completamente sua essência, valores e lógicas.

As origens dos mercados para os produtos da agroindústria estão, exatamente, na rede de produção e de reciprocidades no tecido socioeconômico construído historicamente entre as famílias de agricultores e grupos sociais. As redes de reciprocidade e as relações de proximidade, além de virem a centralizar recursos e a estruturar o mercado, também articularão as agroindústrias que se complementam, se beneficiam mutuamente.

Em suma, espera-se com esta pesquisa deixar algumas contribuições para outros pesquisadores, para demais interessados em conhecer o papel das famílias nos caminhos percorridos pela agroindústria familiar na participação da construção social dos mercados.

REFERÊNCIAS

- BAGNASCO, A.; TRIGLIA, C. (1993) *La construction sociale du marché: le défi de la Troisième Italie*. Paris: Julillet; Editions de l'ENS-Cachan.
- BONI, V. (2006) Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 30., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPOCS.
- BRITO, C. O. (2005) *A agroindústria artesanal e o programa Fábrica do Agricultor: uma tentativa de racionalizar as atividades em uma unidade de produção agrícola familiar*. 103f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- CARNEIRO, M. J. (1999) Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (Org.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 323-344.
- CÓ, J. R. B. (2004) *Os “limites” da racionalidade migratória guineense: redes, capital social e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas*. Lisboa: Socius, nov. (SOCIUS Working Papers n. 4).
- GRANOVETTER, M. (1973) The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May.
- GRANOVETTER, (1985) M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 1, p. 481-510.
- GRANOVETTER, M. (2007) Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE Eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-41, jan./jun.. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v6n1/a06v6n1.pdf>>.
- JACKSON, J. (1991) *Migrações*. Lisboa: Escher.. (Edições Sociologia).
- MIOR, L. C. (2003). *Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MIOR, L. C. (2005) *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó, SC: Argos.
- NAZZARI, R. K.; BRANDALISE, L. T.; BERTOLINI, G. R. F. (2007) Gestão das unidades artesanais como estratégia para emancipação da agricultura familiar. In: NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. R. F.; BRANDALISE, L. T. (Org.). *Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná*. Cascavel, RS: Edunioeste
- PANZUTTI, N. P. M. (2004) Família e relações de gênero na agricultura familiar de Itinguçu: Estação Ecológica Juréia-Itatins, São Paulo, Brasil. *Revista Agrícola*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 103-123, jan./jun.
- POLANYI, K. (1980) *A grande transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus.
- QUEIROZ, M. I. P. (1973) *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
- RADOMSKY, G. F. W. (2006) *Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha*. 205 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (2007) Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, maio/ago.

RAUD-MATTEDI, C. (2005) A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na Sociologia Econômica clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 128-208, fev.

SONN, J. W.; STORPER, M. (2003) *The increasing importance of geographical proximity in technological innovation: an analysis of U.S. patent citations, 1975-1997*. California: Public Policy Building: UCLA Los Angeles, 2003. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/collections/geographyAndEnvironment/whosWho/profiles/storper/pdf/Sonn_Storper.pdf>.

STEINER, P. (2006) *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas.

VALE, G. M. V. (2006) *Laços como ativos territoriais: análise das aglomerações produtivas na perspectiva do capital social*. 2006. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG. Disponível em: <http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/926640-ARQ/926640_2.PDF>.

VINHA, V. (2003) Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social. *Econômica*, v. 3, n. 2, p. 207-230.

WANDERLEY, M. N. B. (2009) O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 33-46.

ⁱ Vale ressaltar que a definição de agroindústria familiar pode se relacionar a diversos aspectos, quantitativos e qualitativos, dependendo de cada realidade, o que torna difícil a construção de um conceito único e definitivo. Neste trabalho, o termo “agroindústria familiar” será entendido como uma unidade de processamento, de beneficiamento e de transformação de gêneros alimentícios localizada nas propriedades rurais ou nos aglomerados (patrimônios, comunidades e linhas) próximos. Geralmente é de propriedade de agricultor familiar, individualmente (em que a gestão e tomada de decisão é desenvolvida pelas próprias famílias) ou em grupo (associações).

ⁱⁱ Vale destacar que o termo *embeddedness* é de difícil tradução. Dessa forma, algumas das traduções possíveis de *embed* para o português são: embutir, fixar, ancorar, incrustar, embeber. Assim, *embeddedness* seria enraizamento, encrustamento ou, ainda, embebedimento. O termo e o conceito associado estão relacionados com a discussão em torno da autonomia da ação econômica. Para efeito deste estudo, o termo será traduzido como *enraizamento*.